



## Sustentabilidade

### O quê? Porquê? Como, Quem, Quando?

*“So many tropical cyclones have emerged in the Atlantic Ocean this year that we’ve run out of human names for them and are now well into the Greek alphabet. The 29th and 30th named storms are spinning over the ocean right now (hello, Eta and Theta).”*

*Bloomberg, 12 novembro de 2020*

### Que sustentabilidade?

Esta edição da Newsletter da Biblioteca é muito oportunamente dedicada ao tema da sustentabilidade. Tratando-se de um tema tão vasto e multifacetado importa começar por delimitar o seu âmbito.

A chamada sustentabilidade ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), que cobre as dimensões ambiental, social e da governação das organizações, tem ganho destaque no debate público, no desenho das políticas governamentais e nas estratégias empresariais.

No espaço limitado deste Editorial, cingir-me-ei à vertente ambiental da sustentabilidade e, dentro desta, à dimensão das alterações climáticas, por ser a que mais se destaca, quer no plano das preocupações globais, quer na atuação do Banco de Portugal, conforme espelhado no [Compromisso do Banco de Portugal com a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável](#), publicado em março de 2020.

São muitas as questões que se nos colocam a propósito das alterações climáticas e das suas consequências, já hoje tão visíveis: *Qual a essência do problema? O que podemos fazer, quem pode fazer o quê e quando?*

### Qual a essência do problema?

As alterações climáticas são fruto da atividade humana. A utilização de combustíveis fósseis como o carvão, o petróleo e o gás natural na atividade produtiva resulta em emissões de gases com efeito de estufa, sobretudo dióxido de carbono, que



## Índice

### Bibliotema • 1

Sustentabilidade

O quê? Porquê? Como, Quem, Quando?

### Em destaque • 5

### Novos recursos de informação • 6

### NGFS • 10

Central Banks and Supervisors Network  
for Greening the Financial System

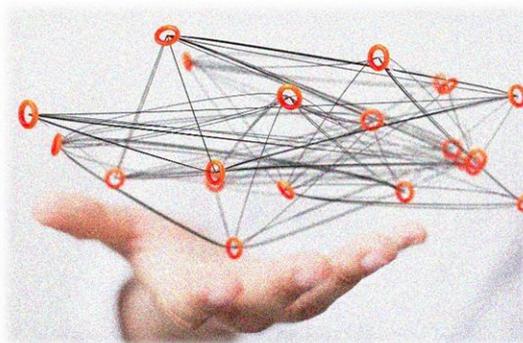
se acumulam na atmosfera, onde permanecem por longos períodos. Esta concentração de gases aquece a superfície terrestre e os oceanos e afeta, por esta via, as temperaturas médias e extremas, os padrões de precipitação, o nível das águas do mar, a frequência e a severidade de tempestades, fogos e outros desastres naturais. A perda de biodiversidade, o aumento da poluição e a destruição de ativos físicos e naturais (habitações, infraestruturas, solos) destroem riqueza, põem em causa a saúde e modos de vida e impõem a migração de populações.

Do ponto de vista económico, o problema é simples de descrever: estamos perante um caso particularmente agudo daquilo que os economistas designam por “externalidade”. No caso em apreço, quem produz emissões de dióxido de carbono não paga para ter esse “direito” e quem é prejudicado pelas emissões produzidas (populações locais ou a sociedade no seu conjunto) não é recompensado. Ora, a ciência económica ensina-nos que, na presença de externalidades, o livre funcionamento do mercado não produz resultados eficientes. Por outras palavras, como o custo privado da produção é inferior ao custo social, a produção de bens e serviços intensivos em carbono é excessiva em face do que seria socialmente desejável. Mas a economia ensina-nos também que, em regra, políticas públicas adequadas permitem solucionar, ou pelo menos minimizar, a externalidade.

### **O que podemos fazer, quem deve fazer o quê e quando?**

Reconhecida a essência do problema, importa identificar o que pode ser feito para o solucionar, ou conter. Também aqui a receita é conhecida.

Em primeiro lugar, e principalmente, há que definir políticas que conduzam a um aumento significativo do preço do carbono, de modo a agravar o custo das atividades que produzem emissões de carbono, procurando assim refletir o seu custo social.



Concetualmente, o aumento do preço do carbono pode ser alcançado por diferentes vias, nomeadamente através de impostos sobre a intensidade carbónica dos bens e serviços produzidos ou consumidos (que não têm de implicar um agravamento da carga fiscal, pois podem resultar de uma alteração da composição da tributação); através da venda, pelo Estado, de licenças que conferem às empresas o direito de produzir emissões de dióxido de carbono nas suas atividades; ou através de regulamentação que impeça, ou limite, certas atividades ou a utilização de determinadas matérias-primas.

O aumento do preço do carbono é indispensável para sinalizar aos consumidores quais os bens mais intensivos em carbono e conter o consumo desses bens; sinalizar aos produtores quais as matérias-primas e fontes de energia mais intensivas em carbono e induzir a adoção de fontes de energia renováveis e de tecnologias de baixo carbono; e incentivar os investigadores, inovadores e investidores a apostarem em projetos e a financiarem novos produtos e processos produtivos de baixa intensidade carbónica.

Uma segunda dimensão de atuação, complementar da primeira, consiste em subsidiar a investigação e desenvolvimento de tecnologias e fontes de energia de baixo carbono e o investimento “verde”.

Tendo em conta estes “remédios”, facilmente se depreende que os atores principais no combate às alterações climáticas são os governos, pois só eles podem adotar políticas – impostos, subsídios, regulamentação, investimento em infraestruturas “verdes” – que conduzam ao aumento do preço do carbono e incentivem o investimento sustentável.

Mas nem só sobre os governos recai o ónus do combate às alterações climáticas e da procura do melhor caminho para

alcançar a neutralidade carbónica.

Uma terceira dimensão de atuação consiste em aumentar a sensibilização da sociedade para o desafio climático e fomentar a adoção de comportamentos consentâneos com a sustentabilidade ambiental. Comunicação social, academia, organizações não governamentais, associações empresariais e muitas outras entidades têm um papel fundamental a desempenhar em aspetos como a promoção de um debate informado e a produção e disseminação de dados, análises e estudos.

É sobretudo nesta terceira dimensão de atuação que se situa também o papel dos bancos centrais e supervisores financeiros. Enquanto responsável pela salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro nacional, o Banco de Portugal deve criar incentivos para que o sistema financeiro contribua para a neutralidade carbónica, quer através de uma adequada valorização e gestão dos riscos climáticos quer enquanto financiador dos avultados investimentos necessários para a transição energética. Enquanto autoridade monetária do Eurosistema, o Banco de Portugal tem de considerar os impactos da transição energética sobre a oferta e a procura agregadas, a formação dos preços e a transmissão da política monetária. Por último, enquanto organização, não pode deixar de incorporar na gestão interna os impactos ambientais da sua própria atividade.



O [documento](#) aprovado pelo Conselho de Administração estabelece as prioridades do Banco de Portugal na resposta aos desafios relacionados com a sustentabilidade e o financiamento sustentável, com destaque para os suscitados pelas alterações climáticas.

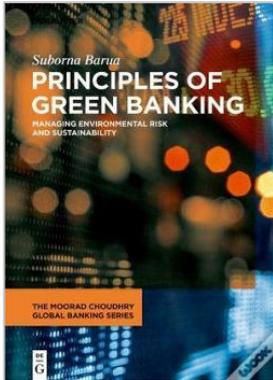
São definidas prioridades para a atuação do Banco de Portugal quer no domínio do seu mandato de estabilidade de preços, de estabilidade financeira e de aconselhamento económico, quer no que respeita à sua gestão interna.

Por razões de sobrevivência, um número crescente de empresas não financeiras tem adaptado as suas estratégias, adotado novos processos e tecnologias e anunciado metas ambiciosas de redução da pegada ecológica. Todos nós, como consumidores, podemos também contribuir para acelerar a reorientação da produção, ao questionarmos em permanência os bens e serviços que adquirimos, os produtos financeiros em que investimos, a forma como consumimos água e energia e como tratamos o lixo, bem como as nossas opções de alimentação e de mobilidade.

Em suma, as alterações climáticas são um problema do presente, de todos nós e à escala global, com consequências já hoje bem visíveis e gravosas. Na ausência de ação coletiva, determinada, abrangente e imediata, os efeitos nefastos das alterações climáticas acentuar-se-ão, de forma exponencial, pondo em causa de forma irreversível o nosso modo de vida. Todos, sem exceção, temos um papel a desempenhar no combate às alterações climáticas e a obrigação moral de contribuir para esse esforço.

*Marta Abreu, Coordenadora da Subcomissão para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável do Banco de Portugal*

## Bibliotema • Destaque



BARUA, Suborna

### The Principles of Green Banking: Managing Environmental Risk and Sustainability

Berlim: De Gruyter, 2020. 140 p.  
ISBN: 978-3-11-066113-2

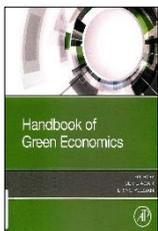
As alterações climáticas traduzem uma realidade global incontestável e urgente que deve ser alvo de uma atuação concertada, a nível internacional, em todas as áreas com intervenção humana. Os bancos podem desempenhar um papel decisivo na sensibilização da sociedade para a crise climática e na promoção de comportamentos sustentáveis junto dos agentes económicos, incluindo as empresas e os consumidores.

O movimento “green banking” é retratado nesta obra através de uma abordagem teórica e operacional dos seus princípios, processo de adoção e

de aspetos relevantes de política regulatória. No final de cada capítulo, o autor apresenta alguns exemplos práticos, apresentando ainda uma análise comparativa das principais medidas eco-friendly adotadas pela banca em diferentes países.

Barua acredita que os bancos, mais do que qualquer outra instituição financeira, têm influência direta na forma como, por exemplo, os cidadãos poupam e investem no seu dia-a-dia, o que pode ter um impacto significativo na correção de comportamentos prejudiciais ao ambiente.

## Bibliotema • Referências bibliográficas



ACAR, Sevil;  
YELDAN, Erinc

Handbook of  
green  
economics

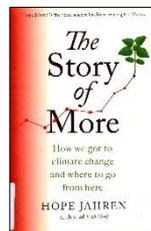
London: Academic  
Press, 2019. 189p.  
ISBN: 978-0-12-  
816635-2



BRIL, Herman;  
KELL, Georg;  
RASCHE, Andreas

Sustainable  
investing: a path  
to a new horizon

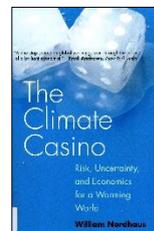
Abingdon:  
Routledge, 2020.  
373p.  
ISBN: 978-0-367-  
36735-0



JAHREN, Hope

The story of  
more: how we  
got to climate  
change and  
where to go  
from here

London: Fleet, 2020.  
208p.  
ISBN: 978-0-7088-  
9898-7



NORDHAUS,  
William D.

The climate  
casino: risk,  
uncertainty, and  
economics for a  
warming world

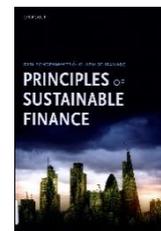
New Haven: Yale  
University Press,  
2013. 378p.  
ISBN: 978-0-300-  
21264-8



SANTOS, Sofia;  
DUARTE, Tânia

O setor  
financeiro e o  
crescimento  
sustentável: a  
nova finança do  
século XXI

Coimbra: Almedina,  
2019. 168p.  
ISBN: 978-972-40-  
7664-5

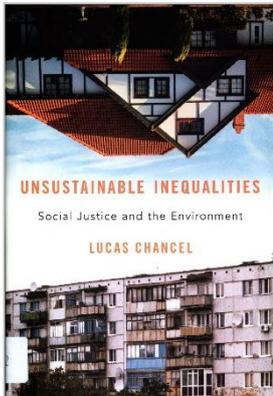


SCHOENMAKER,  
Dirk; SCHRAMADE,  
Willem

Principles of  
sustainable  
finance

Oxford: Oxford  
University Press,  
2019. 394p.  
ISBN: 978-0-19-  
882660-6

## Em destaque • Novidades



CHANCEL, Lucas

### Unsustainable inequalities: social justice and the environment

Cambridge, MA: The Belknap Press. Harvard University Press, 2020. 175p.  
ISBN: 978-0-674-98465-3

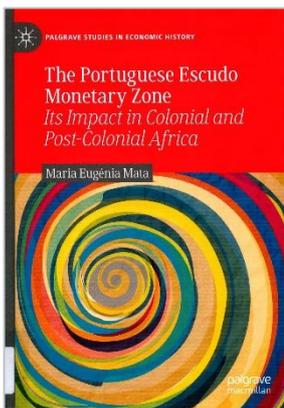
Será possível combater a pobreza ao mesmo tempo que se protege o ambiente? Esta é a questão que Lucas Chancel se propõe a explorar nesta obra.

Reconhecendo a ideia de existir uma tensão entre o combate à pobreza e a proteção do ambiente – quando o primeiro implica consumo de mais recursos – Chancel procura demonstrar que estes objetivos são, ao contrário do que se poderia pensar, compatíveis e fortemente interdependentes. A chave do seu argumento reside nas desigualdades socioeconômicas crescentes.

Segundo o autor, os efeitos nefastos das alterações climáticas não afetam todos da mesma maneira, já que as classes socioeconômicas mais favorecidas conseguem suportar melhor tragédias ambientais. Mais, como relembra Chancel, o seu efeito de longo prazo – a “herança” deixada para as gerações futuras – tenderá a

agravar e perpetuar as desigualdades socioeconômicas já existentes. Por fim, são as classes mais ricas as principais geradoras de poluição, imputando os seus efeitos ao resto da sociedade. Para ilustrar os seus principais argumentos, o autor serve-se de exemplos de desastres ambientais recentes bem como de uma análise sucinta das principais tendências observadas em indicadores de desenvolvimento.

Feito o diagnóstico, Chancel procura esclarecer quais as alternativas disponíveis para evitar esta armadilha. É fundamentalmente sobre o desenho de políticas públicas e o funcionamento de instituições que o autor se ocupa nesta obra, exemplificando com casos de sucesso de políticas já implementadas em alguns países, e reafirmando a urgência de alcançar uma verdadeira coordenação internacional nesta matéria.



MATA, Maria Eugénia

### The Portuguese Escudo Monetary Zone: its impact in colonial and post-colonial Africa

Cham: Palgrave Macmillan, 2020. 265p.  
ISBN: 978-3-030-33856-5

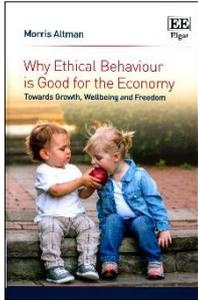
A propósito do 40º aniversário da independência das ex-colónias portuguesas de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o Banco de Portugal apoiou um projeto de investigação histórica que visava não só estudar o sistema monetário e de pagamentos que existiu antes de 1974, mas também documentar a transição monetária pós-independência. Este projeto foi o tema principal da edição de 2020 das “Tardes de Arquivo”, realizada em formato de videoconferência, e que contou com a participação de oradores e participantes tanto nacionais como dos PALOP. A obra “The Portuguese Escudo Monetary Zone” consuma os resultados desse mesmo projeto.

Maria Eugénia Mata analisa a criação e evolução da Zona Monetária do Escudo (1961), num contexto de

crescente globalização e liberalização do comércio mundial, detalhando as suas diferentes etapas de implementação e principais processos de reforma, bem como avaliando a sua conformidade à luz da teoria de zonas monetárias ótimas. Em particular, para além de fenómenos ou limitações comuns a outras zonas monetárias, a autora investiga o impacto que a situação de conflito até à independência teve na sua existência e funcionamento.

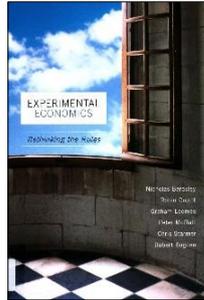
Uma vez alcançada a independência, Maria Eugénia Mata foca-se no processo de descolonização e respetiva transição monetária, documentando as diferentes etapas que marcaram a reconstrução do seu sistema financeiro até ao início do milénio, salientando também o papel desempenhado por Portugal nesse processo.

# Novos recursos de informação



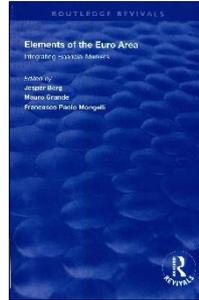
ALTMAN, Morris  
Why ethical behaviour is good for economy: towards growth, wellbeing and freedom

Cheltenham: Edward Elgar Publications, 2020. 210p.  
ISBN: 978-1-78254-944-4



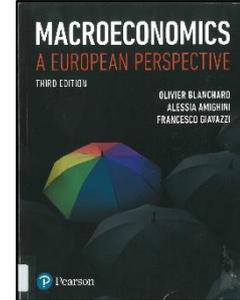
BARDSLEY, Nicholas; CUBITT, Robin; LOOMES, Graham; MOFFATT, Peter G.; STARMER, Chris; SUGDEN, Robert

Experimental economics: rethinking the rules  
Princeton: Princeton University Press, 2020. 375p.  
ISBN: 978-0-691-20405-5



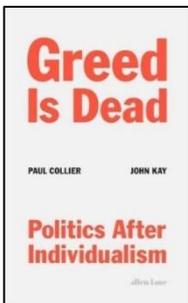
BERG, Jesper; GRANDE, Mauro; MONGELLI, Francesco Paolo

Elements of the Euro area: integrating financial markets  
London: Routledge, 2018. 264p.  
ISBN: 978-1-138-32839-6



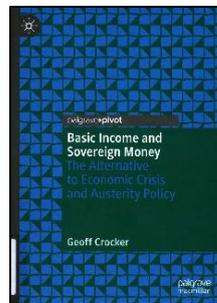
BLANCHARD, Olivier; AMIGHINI, Alessia; GIAVAZZI, Francesco

Macroeconomics: a European perspective  
New York: Pearson, 2017. 563p.  
ISBN: 978-1-292-08567-8



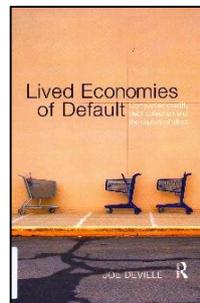
COLLIER, PAUL; KAY, John  
Greed is dead: politics after individualism

London: Allen Lane, 2020. 192p.  
ISBN: 978-0-241-46795-4



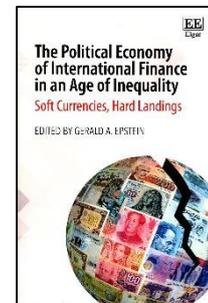
CROCKER, Geoff  
Basic income and sovereign money: the alternative to economic crisis and austerity policy

Cham: Palgrave Pivot, 2020. 98p.  
ISBN: 978-3-030-36747-3



DEVILLE, Joe  
Lived economies of default: consumer credit, debt collection and capture of affect

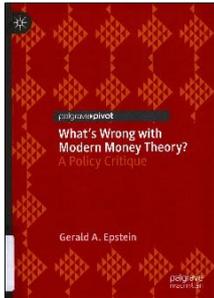
Abingdon: Routledge, 2015. 212p.  
ISBN: 978-0-367-86722-5



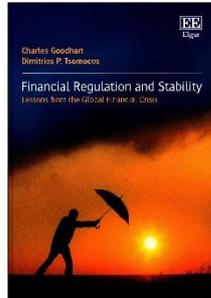
EPSTEIN, Gerald A.  
The political economy of international finance in an age of inequality: soft currencies, hard landings

Edward Elgar: Cheltenham, 2020. 269p.  
ISBN: 978-1-78897-410-3

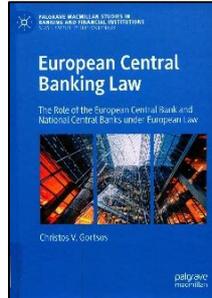
# Novos recursos de informação



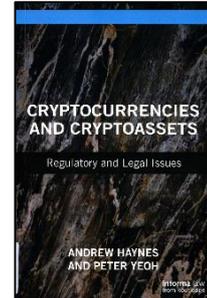
**EPSTEIN, Gerald A.**  
 What's wrong with modern money theory?: A policy critique  
 Cham: Palgrave Macmillan, 2019. 100p.  
 ISBN: 978-3-030-26503-8



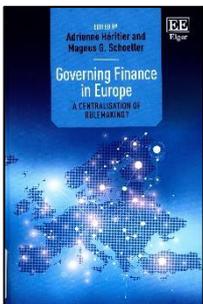
**GOODHART, Charles ;  
 TSOMOCOS, Dimitrios P.**  
 Financial regulation and stability: lessons from the Global Financial Crisis  
 Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. 326p.  
 ISBN: 978-1-78897-364-9



**GORTSOS, Christos V.**  
 European central banking law: the role of the European Central Bank and national central banks under European law  
 Cham: Palgrave Macmillan, 2020. 475p.  
 ISBN: 978-3-030-34563-1



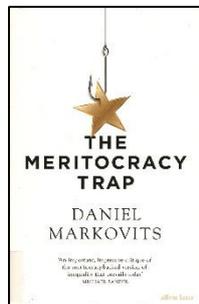
**HAYNES, Andrew; YEOH, Peter**  
 Cryptocurrencies and cryptoassets: regulatory and legal issues  
 Abingdon: Informa Law from Routledge, 2020. 277p.  
 ISBN: 978-0-367-48636-5



**HÉRITIER, Adrienne;  
 SCHOELLER, Magnus G.**  
 Governing finance in Europe: a centralisation of rulemaking?  
 Cheltenham: Edward Elgar Publications, 2020. 211p.  
 ISBN: 978-1-83910-111-3



**MACEDO, Jorge Braga de;  
 CASSOLA, Nuno; LOPES, Samuel da Rocha**  
 Por onde vai a banca em Portugal?  
 Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020. 727p.  
 ISBN: 978-989-9004-71-9

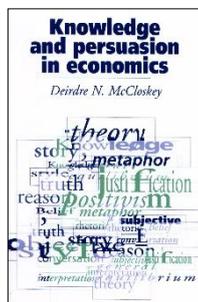


**MARKOVITS, Daniel**  
 The meritocracy trap  
 London: Allen Lane, 2019. 438p.  
 ISBN: 978-0-241-28991-4

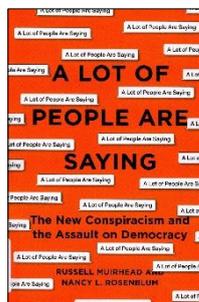


**MARQUES, Pedro Gil**  
 Auxílios de Estado e setor bancário em tempos de crise  
 Coimbra: Almedina, 2020. 203p.  
 ISBN: 978-972-40-8579-1

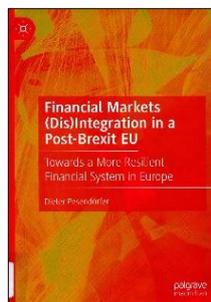
## Novos recursos de informação



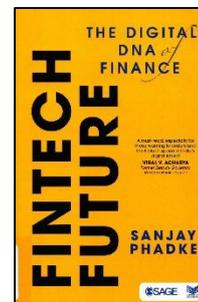
MCCLOSKEY, Deirdre Nansen  
 Knowledge and persuasion in economics  
 Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 445p.  
 ISBN: 0-521-43603-6



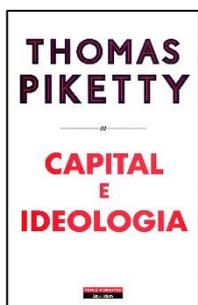
MUIRHEAD, Russell;  
 ROSENBLUM, Nancy L.  
 A lot of people are saying: the new conspiracism and the assault on democracy  
 Princeton: Princeton University Press, 2020. 211p.  
 ISBN: 978-989-561-084-6



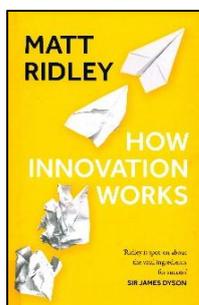
PESENDORFER, Dieter  
 Financial markets (Dis)integration in a post-Brexit EU: towards a more resilient financial system in Europe  
 Cham: Palgrave Macmillan, 2020. 377p.  
 ISBN: 978-3-030-36051-1



PHADKE, Sanjay  
 Fintech future: the digital DNA of finance  
 New Delhi: Sage Publications India, 2020. 190p.  
 ISBN: 978-93-5388-248-8



PIKETTY, Thomas  
 Capital e ideologia  
 Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2020. 1222p.  
 ISBN: 978-989-644-615-4



RIDLEY, Matt  
 How innovation works  
 London: Fourth Estate, 2020. 522p.  
 ISBN: 978-0-00-833481-9

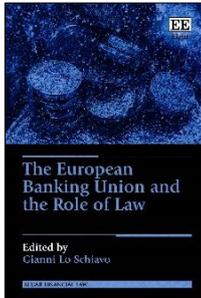


RODRIGUES, André Alfar  
 Deveres e responsabilidade dos intermediários financeiros  
 Coimbra: Almedina, 2020. 141p.  
 ISBN: 978-972-40-8583-8

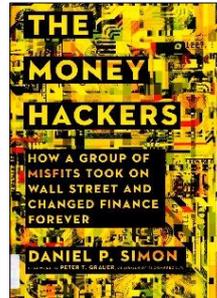


ROHAC, Dalibor  
 In defense of globalism  
 Lanham: Rowman & Littlefield, 2019. 156p.  
 ISBN: 978-1-5381-2080-4

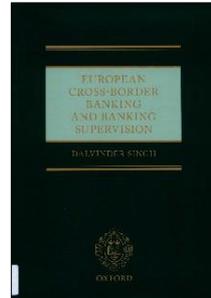
# Novos recursos de informação



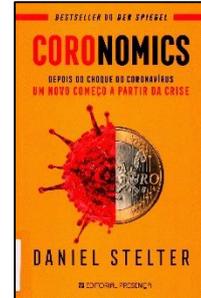
SCHIAVO, Gianni Lo  
 The European Banking Union and the role of law  
 Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. 307p.  
 ISBN: 978-1-78897-201-7



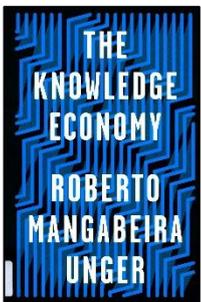
SIMON, Daniel P.  
 The money hackers: how a group of misfits took on Wall Street and changed finance forever  
 New York: HarperCollins Leadership, 2020. 216p.  
 ISBN: 978-1-4002-1660-4



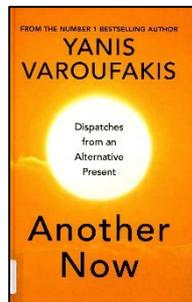
SINGH, Dalvinder  
 European cross-border banking and banking supervision  
 Oxford: Oxford University Press, 2020. 289p.  
 ISBN: 978-0-19-884475-4



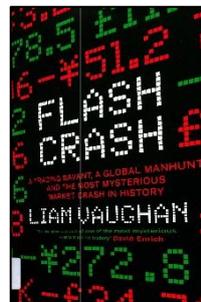
STELTER, Daniel  
 Coronomics: depois do choque do coronavírus um novo começo a partir da crise  
 Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2020. 166p.  
 ISBN: 978-972-23-6620-5



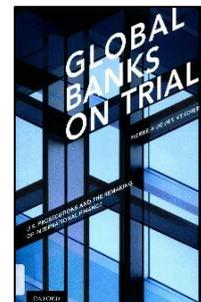
UNGER, Roberto Mangabeira  
 The knowledge economy  
 London: Verso, 2020. 298p.  
 ISBN: 978-1-78873-497-4



VAROUFAKIS, Yanis  
 Dispatches from an alternative present: another now  
 London: Bodley Head, 2020. 234p.  
 ISBN: 978-1-847-92563-3



VAUGHAN, Liam  
 Flash crash: a trading savant, a global manhunt and the most mysterious market crash in history  
 London: William Collins, 2020. 255p.  
 ISBN: 978-0-00-827039-1



VERDIER, Pierre-Hugues  
 Global banks on trial: U.S. prosecutions and the remaking of international finance  
 New York: Oxford University Press, 2020. 266p.  
 ISBN: 978-0-19-067577-6

## NGFS

### Central Banks and Supervisors Network for Greening the Financial System

<https://www.ngfs.net/en>

Lançada durante a “One Planet Summit”, na conferência realizada em Paris em dezembro de 2017, a *Central Banks and Supervisors Network for Greening the Financial System* (NGFS) é uma rede de partilha intercontinental entre autoridades monetárias e de supervisão, focada na transição para um setor financeiro sustentável, cumprindo os critérios definidos pelo Acordo de Paris. Desde dezembro de 2018 que o Banco de Portugal integra esta rede, assumindo o seu compromisso com a promoção da responsabilidade ambiental.

A NGFS está estruturada em torno de cinco áreas de atividade (*workstreams*) que se relacionam com os principais domínios de atuação das autoridades monetárias e de supervisão, a saber:

i) “Microprudencial / Supervisão”, dedicada à interação entre o risco ambiental e o risco financeiro, bem como ao enquadramento do primeiro em modelos de supervisão; ii) “Macroprudencial”, focada em integrar os riscos climáticos nos modelos de estabilidade financeira; iii) “Finanças Verdes”,



concentrada na promoção de estratégias de investimento e de condução de política monetária sustentáveis.

As últimas duas áreas tem um carácter transversal e incluem iv) “Colmatar necessidades de informação estatística”, área empenhada na produção e difusão de dados estatísticos, e, por fim v) “Investigação”, estrutura dedicada à coordenação dos trabalhos entre diferentes áreas e atualização dos respetivos objetivos de investigação.

Desde a sua génese, e com maior frequência no último ano, têm sido publicados *online* os resultados dos diferentes grupos de trabalho. Estes poderão ser consultados através da ligação <https://www.ngfs.net/en/liste-chronologique/ngfs-publications>. Destacam-se os relatórios que incidem sobre a modelação de diferentes cenários de risco climático, a incorporação da crise provocada pela pandemia de Covid-19, ou a reformulação das estratégias de condução de política monetária e gestão de carteiras de investimento – este último com contributo do Banco de Portugal, publicado em dezembro de 2020.

## Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

## Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

O atendimento presencial encontra-se temporariamente suspenso.

T +351 213 130 626

[biblioteca@bportugal.pt](mailto:biblioteca@bportugal.pt)